

Novo Orçamento da União

19 NOV 1988

arrecada mais que corta

JORNAL DO BRASIL

BRASÍLIA — O novo Orçamento da União para 1989, enviado ontem ao Congresso, conseguiu reduzir seu déficit mais por conta do aumento das receitas — através de medidas que ainda estão em discussão no pacto social e ainda não foram submetidas ao Congresso — que pelos cortes de despesas. Apesar de ter promovido severos cortes em setores importantes, como o custeio e investimento em Educação e nos ministérios militares, as despesas totais aumentaram, por força das obrigações da nova Constituição e decisões do Governo, como o aumento dos subsídios à exportação.

As despesas totais do Governo, na primeira proposta orçamentária, enviada ao Congresso em agosto, eram de Cz\$ 10,52 trilhões e passaram a Cz\$ 10,86 trilhões a preços de junho. Se excluídas desse total as transferências da União (a estados e municípios, estatais, previdência etc) as despesas do governo cresceriam, de um Orçamento para o outro, de Cz\$ 4,419 trilhões para Cz\$ 5,29 trilhões, em grande parte (Cz\$ 590 bilhões) provocada por repasses à Previdência para cobrir as novas despesas criadas pela Constituição.

Na proposta orçamentária que seguiu o novo Orçamento ao Congresso, o presidente José Sarney promete enviar aos parlamentares, até o fim do mês, um "programa coerente de redução dos desequilíbrios nas finanças públicas".

Cortes — O governo determinou um corte de 20% nas despesas de custeio e capital (investimentos) de seus ministérios, no valor

de Cz\$ 196 bilhões, mas manteve as verbas para as bolsas de estudos, os chamados "recursos vinculados" despesas com arrecadação específica, as contrapartidas por empréstimos externos, o Orçamento de Crédito oficial e os encargos financeiros da União. Os encargos financeiros foram até aumentados em mais de Cz\$ 230 bilhões, dos quais Cz\$ 78,521 bilhões por causa da absorção, pelo contribuinte, das dívidas externas da Nuclebrás e suas subsidiárias, extintas há dois meses.

O governo cortou ainda a provisão para sazonalidade agrícola (Cz\$ 122 bilhões para cobrir imprevistos na política oficial de abastecimento) e 60% da reserva de contingência, que passou de Cz\$ 150 bilhões para Cz\$ 100 bilhões. Esses cortes, sugeridos na Comissão de Orçamento do Congresso pelo Deputado César Maia (PDT-RJ), inviabilizam grande parte das emendas da comissão, porque os deputados apontavam esses dois itens como fonte de receita para as novas despesas sugeridas por eles.

Despesas — O governo teve de incluir entre suas novas despesas novidades constitucionais, como a instalação de novos tribunais, o aumento das transferências de verbas para estados e municípios, o aumento dos recursos para seguro-desemprego, BNDES e pagamento de abono anual a trabalhadores de baixa renda, por causa da inclusão do PIS/Pasep no Orçamento da União. Mas acresceram outras: além de assumir as dívidas da Nuclebrás, aumentou os subsídios e empréstimos do Fundo de Incentivo às Exportações (Finex) em Cz\$ 76,7 bilhões.